

Senhor Presidente,

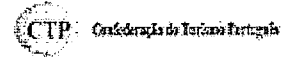
Senhores Delegados dos Governos, Empregadores e Trabalhadores,

Em nome dos empregadores de Portugal gostaria de felicitar o Presidente desta Conferência, pela sua eleição, bem como o Director-Geral da OIT pelos excelentes Relatórios produzidos.

O Relatório "*Mudanças no Mundo do Trabalho*" é um instrumento sério e abrangente de reflexão e debate sobre um conjunto de matérias da maior relevância e actualidade, numa época realmente "feita de oportunidades mas também de desafios".

Neste quadro de mudança e de constante intensificação da competitividade mundial, a Organização Internacional do Trabalho poderá dar um contributo fundamental em vários domínios, incluindo o da promoção de uma liberalização do comércio internacional que assente em condições dignas de trabalho e em empresas ética e socialmente responsáveis.

Parece-nos que as acções desenvolvidas pela Organização Internacional do Trabalho, em 2004/2005, contribuíram de forma muito positiva para que os desafios futuros apresentados no Relatório possam ser vencidos, com destaque para o facto de a OIT ter colocado o trabalho decente, nas suas

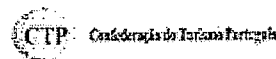


componentes relativas e absolutas, como um objectivo político amplamente partilhado. Neste domínio, realçamos também a importância da recomendação da Assembleia Geral das Nações Unidas para uma globalização justa que assegure oportunidades de trabalho decente para todos.

Parece-nos ainda que a criação de maiores oportunidades para mulheres e homens assegurarem um emprego e um rendimento compatíveis com as exigências do seu trabalho deverá continuar a ser norteado pelos objectivos do Emprego e da Competitividade, como preocupações políticas da Conferência Internacional do Trabalho. O aumento da qualificação de trabalhadores e empresários, muito especialmente os pequenos e microempresários, deverá continuar a orientar os objectivos estratégicos da Organização.

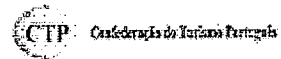
Salientamos também, no domínio do aumento da cobertura e da eficácia da protecção social para todos, o esforço desenvolvido pela OIT na cooperação e aconselhamento, quer na reforma dos sistemas de segurança social existentes (actualmente em curso em Portugal) quer pela criação de novos esquemas de previdência, que importa prosseguir.

Merece ainda especial enfoque e saudação a resolução adoptada por consenso que permitiu a implementação, pela OIT e pelos seus membros, de um plano de acção sobre trabalhadores migrantes, cujo enquadramento laboral é problema que Portugal já sente com particular intensidade.



O objectivo de fortalecer o tripartismo e o diálogo social é porventura um daqueles a que mais somos sensíveis, sendo com muito agrado que vemos esta matéria ser retomada no capítulo da “*Adaptação e Modernização da Governança dos Mercados de Trabalho*”. É assinalável que, através do diálogo social, os programas da OIT tenham criado oportunidades para as organizações de empregadores e trabalhadores participarem em processos de consulta e negociação sobre política económica e social, incluindo a reforma da legislação laboral (ainda incipiente em Portugal), as pensões e as políticas de mercado de trabalho.

Permitam apenas que, para concluir, vos traga um tema geral de reflexão. A Concertação e Diálogo Social em Portugal tem focado temas tão diversos – e ao mesmo tempo tão relacionados – como a legislação laboral, a formação profissional e a segurança social. Consideramos que poderiam ter sido mais aprofundados, designadamente pelo reconhecimento pelo Governo daquilo que hoje se designa “flexegurança” – um neologismo que combina a flexibilidade e a estabilidade das relações laborais. É importante que a Organização Internacional do Trabalho sirva de guia, criando modelos que permitam combinar menos rigidez no quadro das relações de trabalho com a necessária estabilidade das unidades empresariais. Tudo isto acompanhado pela maior sensibilização de Governo e Sindicatos à necessidade de viabilização das únicas entidades (ainda que de pequeníssima dimensão) que podem garantir a estabilidade e melhores condições no emprego: as empresas.



Contamos com a OIT para emoldurar este quadro, sendo que, pela nossa parte, nos empenharemos no que nos cabe: a participação activa no desenvolvimento do diálogo e concertação social.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – Junho de 2006

*Pedro d'Almeida Freire*

Vice-Presidente